



ÁREA TEMÁTICA: A prostituição: discursos e práticas

'The greatest crime in the world's history'. Uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres

BORDONARO, Lorenzo

Doutor em Antropologia

CEAS

Lorenzo.bordonaro@iscte.pt

ALVIM, Filipa

Licenciada em Antropologia

CEAS

filipa.alvim@gmail.com

Resumo

Com a expressão *white slave traffic* – *tráfico de escravas brancas* designava-se no final do século XIX e o início do XX, a prostituição coerciva e o tráfico com este fim de meninas e mulheres. A preocupação para com este fenómeno teve origem na Grã-bretanha, mas espalhou-se rapidamente por toda a Europa e os Estados Unidos. Hoje em dia, a maioria dos historiadores concorda com a ideia de que a preocupação para com o *white slave traffic* ia muito para além de qualquer tráfico de mulheres que possa realmente ter ocorrido. Apesar disso, o 'tráfico de escravas brancas' é a origem da forma como entendemos hoje o tráfico de seres humanos, e da legislação contemporânea relacionada com o tráfico de mulheres. Alguns autores até chegaram a falar, em relação à preocupação contemporânea para o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, de uma re-emergência do pânico da *white slavery*', apontando para uma interessante coincidência entre os dois fenómenos relativamente às retóricas utilizadas nas campanhas bem como nas medidas políticas adoptadas. Numa altura em que em Portugal, na sequência do grande interesse e preocupação que o fenómeno de tráfico de pessoas tem suscitado na União Europeia e no mundo, temos vindo assistir a um cada vez maior enfoque mediático e político sobre este assunto, achamos importante reconstruir a genealogia da noção de tráfico, evidenciando a sua inicial ligação com as campanhas abolicionistas da prostituição, a moralidade vitoriana, e o incremento da migração autónoma feminina dos finais do século XIX.

Palavras-chave: Tráfico de mulheres; Prostituição; White Slavery; Pânico moral





'The greatest crime in the world's history'. Uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheresⁱ

Artigo 1º

Quem, para satisfazer o desejo de outrem, procurou, incentivou, ou levou, ainda que com o seu consentimento, uma mulher ou uma rapariga menor, para fins imorais, será punido, ainda que os actos que constituem a ofensa sejam cometidos em países diferentes.

Artigo 2º

Quem, para satisfazer o desejo de outrem, tenha, por meio de fraude, violência, ameaça, abuso de autoridade, ou qualquer outro meio de coerção, procurado, incentivado, ou levado, ainda que com o seu consentimento, uma mulher ou uma rapariga maior de idade, para fins imorais, será também punido, ainda que os actos que constituem a ofensa sejam cometidos em países diferentes.

Para aqueles familiarizados com a legislação contemporânea sobre tráfico de seres humanos, especialmente com o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, estas citações devem parecer familiares. Na realidade, foram retiradas da Convenção Internacional para a Supressão do 'White Slave Traffic', assinada em Paris em 1910, pelos representantes de vários países que se reuniram 'desejosos de tomar as medidas mais eficazes para a repressão do tráfico conhecido como 'White Slave Traffic'. Com esta expressão designava-se no final do século XIX e o início do séc. XX, a prostituição coerciva e o tráfico com este fim de meninas e mulheres. A preocupação com este fenómeno teve origem na Grã-bretanha, mas espalhou-se rapidamente por toda a Europa e os Estados Unidos. Hoje em dia, a maioria dos historiadores concorda com a ideia de que a preocupação com o 'white slave traffic' ia muito para além de qualquer tráfico de mulheres que possa realmente ter ocorrido (Connelly 1980; Gilfoyle 1992; Langum, 1994; Walkowitz, 1992). Mesmo os autores que concedem que houve um incremento no tráfico de mulheres naquela altura, admitem que os relatos da 'white slave traffic' exageravam enormemente o problema (Barry, 1979; Rosen, 1982). Apesar disso, o 'tráfico de escravas brancas' é a origem da forma como entendemos hoje o tráfico de seres humanos (TSH), e da legislação contemporânea relacionada com o tráfico de mulheres. Alguns autores até chegaram a falar, em relação ao interesse contemporâneo para com o tráfico de mulheres para fim de exploração sexual, de uma reemergência do pânico da 'white slavery' (Doezema 2000, Weitzer 2007), apontando para uma interessante coincidência entre os dois fenómenos relativamente às retóricas utilizadas nas campanhas bem como nas medidas políticas adoptadas. Numa altura em que em Portugal, na sequência do grande interesse e preocupação que o fenómeno de tráfico de pessoas tem suscitado na União Europeia e no mundo, temos vindo assistir a um cada vez maior enfoque mediático e político sobre este assunto, pelo que achamos interessante reconstruir aqui a genealogia da noção de tráfico, por forma a evidenciar a sua inicial ligação com as campanhas abolicionistas da prostituição, a moralidade vitoriana, e o incremento da migração autónoma feminina dos finais do século XIXⁱⁱ. Achamos que de facto é a altura certa para questionar e investigar o debate contemporâneo sobre o tráfico, e estamos convencidos que o método genealógico ou arqueológico pode contribuir para esclarecer (e questionar) os termos do debate actual.



Uma abordagem construtivista do tráfico de mulheres

Nas últimas décadas, os cientistas sociais em geral têm prestado bastante atenção à natureza e à construção dos problemas sociais. Na verdade, existe um enorme debate nas ciências sociais sobre a realidade objectiva daquilo que, em determinados momentos, é visto como ameaça ou problema. Basicamente, existem duas abordagens diferentes: a objectivista e a construtivista. A perspectiva objectivista, provavelmente a mais familiar e fácil de compreender, aceita que um 'particular fenómeno existe e constitui um problema em virtude de causar danos ou perturbações a uma significativa parte da sociedade' (Jenkins 1992: 1). De acordo com esta abordagem, o papel do cientista social é o de estudar o fenómeno, as suas causas, as raízes, e propor possíveis soluções.

A segunda abordagem vai para além das percepções de senso comum dos fenómenos sociais. A abordagem construtivista pode ou não aceitar que o fenómeno existe ou, se existir, que é prejudicial: mas tais questões são secundárias em relação aos assuntos efectivamente fundamentais, relativamente a *como* e *porque* tal condição ou evento passa a ser considerado como um problema (*ibid.*). Na perspectiva construtivista (ver por exemplo o clássico Spector e Kitsuse 1977), o que a sociologia dos problemas sociais deveria focar é como as pessoas os definem, o que fazem com e contra o que chamam 'problemas sociais': como são definidos estes fenómenos? Por que é que são considerados problemas? Quem tem mais ou menos poder para os definir? Quais são e a quem se devem as definições bem sucedidas, aceites? Qual é o resultado desses processos? Para um construtivista, noutros termos, 'o que é e o que não é um problema social é um produto, algo que foi produzido ou construído através de actividades sociais' (Best 1989: xviii). Comportamentos como a violência contra as crianças, o consumo de drogas, a homossexualidade são endémicos na sociedade mas, em determinadas alturas, passam a ser percebidos como 'problemas' ou 'patologias' ou como comportamentos desviantes (Best 1990, Gusfield 1981). A tarefa do cientista social, afirma Jenkins, é a de investigar as forças sociais, políticas e burocráticas que levam a estas novas definições (1992: 2). Numa abordagem construtivista é portanto crucial entender exactamente *quando*, *como* e *quem* 'descobriu' um problema social.

O Tráfico de Escravas Brancas

O debate acerca do tráfico de mulheres tem a sua origem histórica nos regulamentos legais sobre a prostituição promulgados na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Com o advento da revolução industrial, as cidades tornaram-se centros de produção industrial, chamando a si cada vez mais pessoas, e determinando um enorme crescimento das populações urbanas. Os fluxos migratórios transnacionais tiveram também um grande incremento, nomeadamente em direcção aos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha, na tentativa de regular a situação do crescimento da pobreza urbana e preservar uma ordem moral e social que parecia ameaçada, criaram-se uma série de novas leis penais, incluindo legislação sobre prostituição. De facto, a prostituição aumentou durante este período, sendo vista como uma ameaça à saúde pública, devido ao seu potencial para espalhar doenças venéreas, como a sífilis e a gonorreia. Por outro lado, as prostitutas eram também encaradas como fracassos morais e como responsáveis pelo aumento da criminalidade e da degradação geral da moralidade (Levine, 1993: 269, 271).

É neste contexto que surgem na Grã-Bretanha os *Contagious Diseases Acts*. Estas leis foram promulgadas entre 1864 e 1885, como uma forma de regulação estatal sobre a prostituição, a fim de controlar a propagação de doenças venéreas, especialmente no Exército Britânico e na Marinha Real. Para tal, os magistrados passaram a deter o poder de ordenar exames ginecológicos a prostitutas. Se as mulheres sofressem alegadamente de alguma doença sexualmente transmissível, eram fechadas em hospitais até serem curadas. A recusa de consentimento para o exame levava à prisão (Levine 1993: 272).



Em 1870, Victor Hugo escreveu uma carta de apoio a Josephine Butler, definindo como 'white slavery' a situação de subordinação em relação aos homens das mulheres que exerciam a prostituição. Mas a ligação entre 'white slavery' e prostituição coerciva e involuntária foi feita por Alfred Dyer, no seu livro *The European Slave Trade in English Girls*, publicado em Londres em 1880, onde se afirmava que meninas inglesas eram detidas como prisioneiras em bordéis na Bélgica (Grittner 1990: 41). Foi neste contexto e numa altura em que a *House of Lords* ameaçava ignorar mais uma vez o *Criminal Law Amendment Bill*, que estendia os poderes da polícia em relação à prostituição e elevava a idade de consentimento sexual das mulheres de 13 para 16 anos (Irwin 1996), que William Thomas Stead publicou em 6, 7, 8 e 10 de Julho de 1885 na *Pall Mall Gazette*, um dos principais jornais diários ingleses, uma série de artigos intitulada *The Maiden Tribute of Modern Babylon*ⁱⁱⁱ. O *Maiden Tribute* era uma investigação jornalística sobre o tema da prostituição infantil em Londres, que mostrava com muitos detalhes o sequestro e a venda de meninas pobres para bordéis (Irwin 1996). Este comércio era designado por Stead como 'slave trade' ou 'slave trade in girls' ou ainda 'international slave trade in girls'. Curiosamente, o termo 'white slave trade' aparece só uma vez em toda a série (*Pall Mall Gazette*, 10 de Julho de 1885).

A série fez sensação instantaneamente; não só abalou as bases da sociedade inglesa, como enviou ondas de choque por toda a Europa, através da França e da Bélgica, e para os Estados Unidos. O clamor público que se seguiu obrigou a *House of Lords* a revogar os *Contagious Diseases Acts* e a aprovar o *Criminal Law Amendment Bill*^{iv}.

A partir dessa data, 'a agenda dos movimentos sociais puritanos foi dominada por ilusões de tráfico branco e prostituição infantil. Esta campanha foi apoiada enormemente por jornalistas sensacionalistas que aproveitaram as histórias emocionantes da inocência desflorada' (Doezema 1998: 35-6). O movimento abolicionista aproveitou de facto o recente interesse pela prostituição infantil e involuntária, vendo no tema do tráfico de mulheres e raparigas uma justificação para o seu apelo para purificar a sociedade dos vícios imorais ligado à prostituição^v.

A primeira convenção internacional contra o 'White Slave Traffic' teve lugar em 1904, quando os chefes de Estado europeus, 'preocupados em garantir a plena segurança de mulheres maiores de idade que sofreram abuso ou coerção, bem como de mulheres e raparigas menores, contra o tráfico criminal conhecido como 'White Slave Traffic', acordaram em Paris 'em colocar vigilância, especialmente nas estações ferroviárias, portos de embarque, e nas estradas, para as pessoas que têm a seu cargo mulheres e raparigas destinadas a uma vida imoral'^{vi}.

Os Estados Unidos foram rapidamente contagiados pelo pânico para com a 'white slave trade', fruto da atmosfera moral que triunfava na era dita 'progressista'^{vii}. Similarmente ao que tinha acontecido na Grã-Bretanha, os jornais tiveram um papel predominante no espalhar do pânico e na popularização do assunto. Em 1907, o jornalista George Turner publicou os resultados de uma sua investigação na revista *McClure's*. Nesse seu artigo sensacionalista, *The City of Chicago: A Study of the Great Immoralities*, Turner relatava a chegada aos Estados Unidos de empresários do vício que tiravam proveitos do rapto e da venda de meninas brancas autóctones ou estrangeiras para o tráfico de escravas sexuais.

Ainda em 1910, foi convocada em Paris uma conferência internacional sobre as publicações obscenas e o 'white slave traffic' (*International Conferences on Obscene Publications and the White Slave Traffic*). Grupos puritanos e membros da *National Vigilance Association* enviaram os seus representantes para Paris. Desta conferência surgiram quer a *International Convention for the Suppression of the White Slave Traffic*^{viii}, quer o *Agreement for the Suppression of the Circulation of Obscene Publications*^{ix}. Na convenção contra o tráfico de escravas brancas de 1910, o âmbito da aplicação da primeira convenção de 1904 foi ampliado de forma a incluir o tráfico de mulheres e raparigas dentro das fronteiras nacionais. É interessante notar que os mesmos representantes elaboraram ao mesmo tempo acordos sobre *textos e corpos* (literatura obscena e corpos traficados); como Célia Marshik tem salientado, 'as duas formas de desvio eram percebidas como estando envolvidas num idêntico círculo vicioso: considerava-se que ler literatura obscena era um caminho que levaria à procura da prostituição, enquanto a prostituição inculcava supostamente um desejo de ler



materiais obscenos. [...] Nas mentes dos reformadores e dos deputados, portanto, prostituição e obscenidade eram preocupações inseparáveis porque ambas eram capazes de corromper os elementos mais vulneráveis do público' (2006: 3, Staiger 1995).

Em 1921, durante uma reunião realizada sob os auspícios da Liga das Nações, foi proposto que a expressão 'white slave traffic' deveria ser substituída por 'traffic in women and children', de forma a salientar que as medidas adoptadas deveriam ser aplicadas 'a todas as raças da mesma forma'. A convenção de 1921 tem portanto o nome de *International Convention for the Suppression of the Traffic in Women and Children*, ainda que no preâmbulo seja explicitado que os chefes de Estado reunidos estavam 'ansiosos por assegurar de forma mais cabal a supressão do tráfico de mulheres e crianças descrito nos preâmbulos do Acordo de 18 de Maio de 1904 e da Convenção de 4 de Maio de 1910, sob o nome de "Tráfico de Escravas Brancas". Em 1923, foi fundado o *Traffic in Women and Children Committee* (Leppanen 2007: 527). Em 1933, foi assinada em Genebra a *International Convention for the Suppression of the Traffic in Women of Full Age*. No texto da convenção, a terminologia 'white slave' nunca aparece, ainda que haja referências às convenções precedentes de 1904, 1910 e 1921. Dentro desta Convenção, a condição de coacção, a nível internacional, foi retirada, tornando o tráfico a condução de uma mulher de qualquer idade para outro país para fins imorais, mesmo com o seu consentimento.

Entre os missionários, o cinema e a pornografia

Para além da produção legislativa e jornalística, o pânico em relação ao tráfico de escravas brancas originou uma intensa produção literária que abrange géneros diferentes e contrastantes, ainda que por vezes sobrepostos. De facto, o 'tráfico de escravas brancas' parece ter tido uma enorme capacidade para inflamar a imaginação das pessoas no início do século XX. É impossível aqui analisar esta enorme produção. Achamos de qualquer forma significativo apresentar alguns exemplos que possam testemunhar as diferentes abordagens ao fenómeno.

Uma parte consistente da literatura produzida sobre o assunto era uma filiação directa dos artigos sensacionalistas publicados nos jornais e que originaram o pânico em relação à escravatura sexual. Trata-se de livros de denúncia social que exploram as características e as modalidades dos traficantes, a condição das mulheres traficadas, supostamente com o fim de alertar a população e garantir a protecção das mulheres jovens.

É o caso, por exemplo, de *Fighting the Traffic in Young Girls, or War on the White Slave Trade*, publicado nos Estados Unidos em 1910 (o mesmo ano do Mann Act) e organizado por Ernest A. Bell, secretário da Illinois Vigilance Association, uma das filiações locais da *National Vigilance Association* fundada por Stead em 1885. O texto é uma colecção de ensaios escritos por juizes, missionários, professores universitários, que descrevem com grandes pormenores as práticas de angariação dos traficantes, as violências e a situação de escravidão final das vítimas. Significativamente, o livro é dedicado ao 'Army of Loyal Workers que, em nome de Deus e da Humanidade, se inscreveram nesta Guerra Santa para a Defesa e Pureza das Mulheres'.

Clifford G. Roe edita em 1911 um livro similar: *The Great War on White Slavery; or, Fighting for the Protection of Our Girls*, um

Testemunho verdadeiro e casto sobre o comércio hediondo da compra e venda de jovens raparigas para fins imorais. Divulgações surpreendentes feitas pelas escravas brancas durante os julgamentos de muitos angariadores e traficantes. O tratamento cruel e desumano dado às escravas brancas. As espantosas confissões de um proxeneta. Testemunhos gráficos de como as escravas brancas são enganadas e uma exposição completa dos métodos e esquemas utilizados para atrair e escravizar as raparigas



Como o texto de Bell, o de Roe quer mostrar como as meninas são aliciadas ou enganadas para a prostituição, e as consequências perigosas que isso tudo pode ter (em termos de doenças venéreas, consumo de drogas e alcoolismo). Como no texto que analisámos anteriormente, a expressão 'white slave' é absolutamente sobreposta ao conceito de prostituta, enquanto os 'traficantes' são, no vocabulário de Roe e dos autores que contribuíram para o volume, os angariadores, os empresários e as Madames. De facto, uma parte dos esforços das milícias que lutam contra a 'white slavery' é a de 'tirar as meninas do caminho do pecado'. Voluntariedade ou coerção já não parecem ser um assunto central na questão do tráfico: é a questão da prostituição e da moralidade da vida sexual que se torna o verdadeiro enfoque.

Mesmo na produção 'missionária', o 'tráfico de escravas brancas' evoca inevitavelmente histórias mórbidas de jovens brancas raptadas e retiradas às suas famílias e vendidas por homens estrangeiros lascivos, confinadas a bordéis e 'sujeitas aos caprichos pornográficos de sádicos, proxenetas não-brancos e donos de bordéis' (Roberts 1993: 252). Esta imagem protótipo tem um óbvio elemento erótico, e o argumento generalizou-se de facto na viragem do século, explorado por romancistas, utilizado como argumento em romances eróticos, e, naturalmente, pela indústria cinematográfica (Staiger 1995).

Os filmes sobre prostituição e escravatura branca encontravam-se entre os géneros mais populares dos primórdios do cinema. Desde o início do século XX até ao início da I Guerra Mundial, dezenas de filmes sobre escravas brancas emocionaram e assustaram as audiências, demonstrando os perigos da prostituição e as características do comércio das escravas brancas (Staiger 1995: 116-146).

A ambiguidade das histórias de escravatura sexual era aliás avassaladoramente evidente. O rapto, o estupro, a escravidão e a submissão feminina certamente representam tropos na imaginação erótica euro/americana (Bataille 1957), e as narrativas da escravidão branca com as suas escravas erótico/patéticas (Murray 1998: 60) ligam de forma sedutora violência e sexualidade. Em toda a literatura e a filmografia relacionadas com a escravidão branca, a preocupação moral pelas vítimas coincide com o interesse mórbido e com a excitação sexual. O sucesso junto ao público que toda a produção literária sobre o assunto do 'white slave traffic' conheceu baseia-se nesta ambiguidade entre repulsão moral e atracção sexual.

Esta coincidência de imaginários e a ambiguidade em relação à escravatura sexual deu origem a uma florescente produção erótico-pornográfica. Alguns trabalhos utilizavam as narrativas da escravidão branca e autoproclamavam a sua utilidade social, mas enfatizando os aspectos mais mórbidos da questão, tornavam-se obras pseudo-eróticas ou pornográficas. É o caso do texto de Kaufmann, *The House of Bondage* de 1910 (filme em 1914), e ainda mais de *The Tragedies of the White Slaves* de Lytle (1911) nos Estados Unidos, e do *La Traite des Blanches: Moeurs Contemporaines* de Dubut de Laforest (1900) na França, só para citar alguns.

Também uma parte consistente da literatura erótica Vitoriana, tinha como assunto central as histórias sensacionalistas de mulheres brancas capturadas e escravizadas na África do Norte (Baepler 1999, Marcus 1967), e Frederick Grittner tem salientado como o mito cultural da 'white slavery' está enraizado nas narrativas de aprisionamento feminino do século XIX (1990: 15-32). Um clássico deste género é *The Lustful Turk*, um romance erótico epistolar pré-vitoriano, que relata as aventuras românticas e eróticas de uma senhora europeia capturada e aprisionada num harém turco, onde é iniciada em práticas sexuais 'impensáveis' na Grã-Bretanha vitoriana. O livro inicialmente foi publicado no Reino Unido em 1828. Todavia, não teve circulação nem fama, até que foi publicada uma segunda edição em 1893, em pleno 'white slave' pânico. O texto foi extremamente influente e decerto o tema da virgem que é forçadamente iniciada à sexualidade e depois se torna insaciável nos seus apetites sexuais, é um tema comum na literatura erótica em absoluto. Outro exemplo formidável deste género é *La Femme et Son Maître* de Jean de Villiot (1902), onde uma orgulhosa rapariga da aristocracia inglesa descobre, através do estupro e da relação com um emir e de práticas eróticas de grande crueldade, que, como ela mesma diz no final do livro, explicando ao seu salvador porque é que prefere ficar onde está, 'faça o que fizer, uma mulher não pode



alterar o seu fado. Ela nem pode governar o seu coração. O homem que a força a submeter-se à sua vontade é o seu patrão! Ela ama o déspota que se sabe fazer obedecer’.

A iconografia erótica do início do século explorou o tema com muita assiduidade, e é aqui impossível explorar esta imensa produção. É todavia interessante notar que apesar da expressão ‘white slavery’ desaparecer a partir dos anos 1920 da cena oficial internacional e do género ‘missionário’, reemergindo só no final dos anos 90 no âmbito do debate internacional sobre o tráfico de mulheres para fim de exploração sexual, o tropo sobreviveu como género literário e cinematográfico na cultura popular (Grittner 1990: 6). Durante este período de ‘letargo’, a expressão ‘white slavery’ não pára de alimentar o imaginário erótico, pornográfico e dramático de autores e criadores (como nos filmes *Prime Cut* 1972, *Taxi Driver* 1976), com algumas ressurgências como fenómeno de pânico (vejam por exemplo o caso de Orleães, onde se espalhou no final dos anos 60 o pânico em relação ao desaparecimento de jovens, Morin 1969). O mito da ‘white slavery’ tem mostrado a sua persistência na cultura popular, e ainda hoje, de facto, a expressão ‘escrava branca’ é utilizada na literatura e na cinematografia erótica e pornográfica, especialmente nas suas nuances ‘inter-racial’ e BDSM.

Recentemente, enquanto nos debates internacionais sobre a escravatura sexual, a expressão inglês *white slave trade* nunca aparece e é substituída pela expressão *women trafficking* ou *sex trafficking*, nos países do sul da Europa o termo, nas suas variantes (*tratta delle bianche*, *traite des blanches*, *tráfico de brancas*, *tráfico de blancas*), voltou a ser utilizado na imprensa e no vocabulário das ONGs para indicar o tráfico de mulheres para exploração sexual e a prostituição coerciva

Conclusão

Vários estudiosos têm, desde o final dos anos 1960, caracterizado a escravatura branca como mito. Já em 1967, o historiador Egal Feldman, argumentou que a polémica da escravatura branca representou a preocupação de uma classe média com o seu status numa altura de grande transformação sócio-económica. Seguindo a intuição de Feldman, outros estudiosos têm sublinhado o molde racial das narrativas sobre escravidão branca, e têm-na interpretado como uma manifestação dos receios da classe média acerca da urbanização, da imigração, e do aumento da mobilidade das mulheres^x.

Vários historiadores contemporâneos têm também questionado a real dimensão do comércio de ‘escravas brancas’. As suas pesquisas sugerem que os números reais da ‘escravidão branca’ eram muito baixos (Walkowitz, 1980; Rosen, 1982; Cobin, 1990). Timothy Gilfoyle, no seu estudo sobre a história da prostituição em Nova Iorque, demonstra que a maioria das prostitutas tinham entrado na profissão de livre vontade e por várias razões, nomeadamente conflitos inter-familiares e preocupações económicas (1992: 64). Judith Walkowitz sugeriu que substituir a imagem da prostituta com a da criança vítima inocente tornou invisível as motivações das raparigas que se envolveram no comércio sexual, privando-as de qualquer forma de agencialidade (1992: 84). A maioria das ‘escravas brancas’ eram efectivamente prostitutas migrantes que, como milhares de outros migrantes, tinham a esperança de encontrar uma vida melhor; as dificuldades e os problemas económicos, sociais e políticos foram reduzidos a uma ‘fórmula melodramática da vítima e vilão’, contrapondo a jovem branca virginal com o estrangeiro ‘traficante’ mau (Doezema 2000: 28; Gorham, 1978: 355; Walkowitz, 1992; Roberts, 1993: 117).

As primeiras décadas do século XX foram uma altura de intensas lutas no interior da classe média na Europa e nos Estados Unidos para chegar a uma nova versão apropriada da identidade de género e da sexualidade feminina. Este foi, argumenta Staiger, o resultado de uma notável transformação na vida da classe média euro-americana: a passagem de uma agricultura e comércio em pequena escala para a industrialização e o capitalismo de monopólio, de uma vida rural para a vida urbana, da nacionalização para a globalização, de uma cultura de produção para uma cultura do consumo. A nova mulher que se ia



construindo era todavia concebida dentro da antiga oposição entre virgem e puta (Staiger 1995: xiii, xiv). A retórica da escravatura branca teve de facto um lugar crucial, no século XIX, no debate sobre prostituição, sexualidade e moralidade da mulher, e os reformadores utilizaram o pânico e a retórica da escravatura branca e da prostituição coerciva para impor medidas de regulação da sexualidade e de abolição da prostituição no seu todo (Irwin 1996, Keire 2001)^{xi}.

Vistas nesta perspectiva, as narrativas de 'escravidão branca' tornam-se algo diferente dos reais testemunhos das experiências das mulheres. Pelo contrário, a 'escravatura branca' pode ser interpretada como uma metáfora de uma série de medos e ansiedades da sociedade europeia e norte-americana na viragem do século (Doezema 2000: 25-26). Grittner (1990) introduziu a ideia de que a escravatura branca foi um 'pânico moral', um conceito desenvolvido pelo sociólogo britânico Stanley Cohen^{xii}, que levou milhões de pessoas a reagir de forma completamente desproporcionada frente a uma suposta ameaça à segurança das mulheres. A origem deste fenómeno, observa Grittner, encontrava-se numa ampla crise que envolvia as mulheres, a sexualidade, a identidade nacional face à imigração; o desejo de reafirmar os limites simbólicos que se tinham tornado obscuros ou ignorados encontrou expressão na ideologia destes homens brancos que se definiam como cruzados da white slavery (1990: 128-9; Doezema 1999: 37).

Nas campanhas contra a prostituição e o tráfico de escravas brancas da viragem do século, cruzam-se de facto questões de raça, género e sexualidade. A regulação da sexualidade era também, sobretudo nos Estados Unidos, parte de uma preocupação em disciplinar as relações entre grupos raciais de forma a manter uma distinção que reforçasse as hierarquias raciais e mantivesse a força e a pureza da nação (Grieverson 1998: 49-50). As histórias sobre prostituição coerciva utilizavam o perigo sexual para legitimar a segregação, bem como para preservar outros limites sexuais e raciais; 'os cruzados anti-vício no início do século XX utilizavam ideias dominantes sobre sexualidade e género para construir hierarquias raciais duráveis' (Donovan 2003: 708).

O policiamento das identidades estava estreitamente associado com o controlo de 'outros racializados' em relação à suposta importação de imoralidade (Grittner 1990, Cordasco e Pitkin 1981). Nos Estados Unidos, os *Immigration Acts* de 1903 e 1907 intensificaram o controlo do espaço nacional, que era visto como mais vulnerável devido ao influxo de imigrantes da Europa meridional. O *act* de 1907 instituiu uma comissão sobre a imigração para avaliar os seus efeitos sobre as condições económicas, a educação, o vício, o crime, a doença mental. Uma parte do relatório, intitulada *The importation of women for immoral purposes*, foi publicada em 1909 (em Cordasco e Pitkin 1981: 47-109) e salientava que a imigração tinha feito aumentar as 'ofensas contra a castidade' (Grieverson 1998: 50). Todo o fenómeno da escravatura branca se configura portanto como um 'discurso sobre o nacionalismo saturado com uma hierarquia de moralidade que mantinha na sua base uma política de exclusão racial' (Grieverson 1998: 51).

Epílogo

A semelhança entre as narrativas imaginárias do white slave traffic e o material didáctico/informativo produzido no debate contemporâneo sobre tráfico de mulheres é algo que, ainda que não seja o enfoque central da nossa contribuição, não podemos não salientar em conclusão. Os artigos jornalísticos, os textos de campanhas e os *instant books* sensacionalistas que popularizam o imaginário em relação ao TSH, parecem frequentemente ter saído dos jornais e das livrarias dos Estados Unidos ou da Grã-bretanha do final do século XIX ou do início do século XX. Os argumentos e as narrativas apresentadas são virtualmente idênticos aos publicados por Stead, Turner e os outros 'cruzados'. Mais ainda, as medidas legais implementadas ao nível internacional para a luta contra o TSH têm similaridades inquietantes com os dispositivos penais criados no início do século XX para balizar a escravatura branca, tornando-se fundamentalmente instrumento de controlo da mobilidade dos migrantes. De facto, Mary Douglas



argumentou que as sociedades se tornam mais preocupadas com questões de pureza e poluição moral quando acham que os seus confins externos (físicos ou simbólicos) são ameaçados (Douglas 1966). Os confins dos corpos e entre os corpos se tornam então metáforas dos confins geográficos e identitários, e a regulação biopolítica torna-se mais rígida. Frederik Grittner escreveu que o discurso da escravatura branca é cheio de medos: medo da cidade; medo do estrangeiro; medo da mudança (1990: 189). Estes medos fazem parte da nossa contemporaneidade, tanto quanto faziam dos homens e das mulheres do início do século XX. As palavras que Grittner escreveu em 1990 podem hoje parecer proféticas:

Sejam conteúdos num artigo dum jornal, num panfleto religioso, num registo legislativo, ou num filme, os elementos centrais [do discurso da escravatura branca] têm permanecido inalterados. Seria presunçoso pensar que estamos imunes a ulteriores versões da história (Grittner 1990: 189).

Bibliografia

- Adams, J. H. (2006), 'Alien Animals and American Angels: The Commodification and Commercialization of the Progressive Era White Slave', *Eleventh Annual James A. Barnes Club Conference*
- Baepler, P. M. (1999), *White Slaves, African Masters: an Anthology of American Barbary Captivity Narratives*, (Chicago: University of Chicago Press)
- Barry, K. (1979), *Female Sexual Slavery*, (Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall)
- Bataille, G. (1958), *L'érotisme*, (Paris: Éditions de Minuit)
- Bell, E. A. (1910), *Fighting the Traffic in Young Girls; Or, War on the White Slave Trade; a Complete and Detailed Account of the Shameless Traffic in Young Girls*, (Chicago)
- Best, J. (1989), *Images of Issues: Typifying Contemporary Social Problems*, (New York: Aldine de Gruyter)
- Best, J. (1990), *Threatened Children: Rhetoric and Concern About Child-victims*, (Chicago: University of Chicago Press)
- Cohen, S. (1972), *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. (London: MacGibbon and Kee)
- Connelly, M. T. (1980), *The Response to Prostitution in the Progressive Era*, (Chapel Hill: University of North Carolina Press)
- Corbin, A. (1978), *Les Filles De Noce: Misère Sexuelle Et Prostitution : 19e Et 20e Siècles*, (Paris: Aubier Montaigne)
- Corbin, A. (1990), *Women for Hire: Prostitution and Sexuality in France After 1850*, (Cambridge, Mass: Harvard University Press)
- Cordasco, F. and T. M. Pitkin (1981), *The White Slave Trade and the Immigrants: a Chapter in American Social History*, (Detroit: Blaine Ethridge).
- Derks, A. (2000), 'From White Slaves to Trafficking Survivors', *Center for Migration and Development - Princeton University*, Working Paper 00-02m
- Doezema, J. (1998), 'Forced to Choose: Beyond the Voluntary V. Forced Prostitution Dichotomy', em



- Kempadoo, K. e J. Doezema (org.), *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition* (New York: Routledge), 34-50.
- Doezema, J. (2000), 'Loose Women Or Lost Women? The Re-Emergence of the Myth of White Slavery in Contemporary Discourses of Trafficking in Women', *Gender Issues*, 18 (1), 23-50.
- Donovan, B. (2003), 'The Sexual Basis of Racial Formation: Anti-Vice Activism and the Creation of the Twentieth-Century "Color Line"', *Ethnic Racial Stud*, 26 (4), 707-27.
- Donovan, B. (2006), *White Slave Crusades: Race, Gender, and Anti-vice Activism, 1887-1917*, (Urbana: University of Illinois Press)
- Douglas, M. (1966), *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*, (London: Routledge & K. Paul)
- Dubut, d. L., Jean Louis (1900), *La Traite Des Blanches : Moeurs Contemporaines*, (Paris: Fayard)
- Feldman, E. (1967), 'Prostitution, the Alien Woman and the Progressive Imagination, 1910-1915', *American Quarterly*, 19 (2), 192-206.
- Foucault, M. (1976), *Histoire De La Sexualité 1: La Volonté de Savoir*, (Paris: Gallimard)
- Gilfoyle, T. J. (1992), *City of Eros: New York City, Prostitution, and the Commercialization of Sex, 1790-1920*, (New York, N.Y: W.W. Norton)
- Goldman, E. (1910), *The White Slave traffic*, (New York: Mother Earth)
- Goldman, E. (1969, (1910)), *Anarchism and Other Essays*, (New York: Dover)
- Goode, E. and N. Ben-Yehuda (1994), *Moral Panics: the Social Construction of Deviance*, (Oxford, UK ; Cambridge, USA: Blackwell)
- Gorham, D. (1978), 'Maiden Tribute of Modern Babylon Reexamined - Child Prostitution and Idea of Childhood in Late-Victorian England', *Victorian Stud*, 21 (3), 353-79.
- Grieverson, L. (1998), 'Fighting Films: Race, Morality and the Governing of Cinema, 1912-1915', *Cinema J*, 38 (1), 40-72.
- Grittner, F. K. (1990), *White Slavery: Myth, Ideology, and American Law*, (New York and London: Garland Publishing).
- Gusfield, J. R. (1981), *The Culture of Public Problems: Drinking-driving and the Symbolic Order*, (Chicago: University of Chicago Press)
- Hyam, R. (1990), *Empire and Sexuality: The British Experience*, (Manchester: Manchester University Press)
- Irwin, M. A. (1996), 'White Slavery' as Metaphor', *Ex Post Facto: The History Journal*, V
- Jenkins, P. (1992), *Intimate Enemies: Moral Panics in Contemporary Great Britain*, (Social problems and social issues; New York: Aldine de Gruyter)
- Kauffman, R. W. (1910), *The House of Bondage*, (New York: Moffat, Yard and Company)
- Keire, M. (2001), 'The Vice Trust: A Reinterpretation of the White Slavery Scare in the United States, 1907-1917', *J Soc Hist*, 35 (1), 5-41.
- Langum, D. J. (1994), *Crossing Over the Line: Legislating Morality and the Mann Act*, (Chicago: The University of Chicago Press)
- Leppanen, K. (2007), 'Movement of Women: Trafficking in the Interwar Era', *Women Stud Int Forum*, 30 (6), 523-33.



- Levine, P. (1993), 'Rough Usage: Prostitution, Law and the Social Historian', em Adrian, W. (org.), *Rethinking Social History: English Society 1520-1920 and its interpretation* (Manchester: Manchester University Press), 266-69.
- Lindsey, S. S. (1996), 'Is Any Girl Safe? Female Spectators At the White Slave Films', *Screen*, 37 (1), 1-15.
- Lytle, H. M. (1911), *Tragedies of the White Slave*, (New York, NY: Padell Book and Magazine Company).
- Marcus, S. [o. c. (1967), *The Other Victorians: a Study of Sexuality and Pornography in Mid-nineteenth-century England*, (London: Weidenfeld & Nicolson)
- Marshik, C. (2006), *British Modernism and Censorship*, (Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press)
- McClintock, A. (1995), *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*, (New York: Routledge).
- Morin, E. (1969), *La Rumeur D'Orléans*, (Paris: Seuil).
- Murray, A. (1998), 'Debt Bondage and Trafficking', em Kempadoo, K. e J. Doezema (org.), *Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition* (New York: Routledge), 60.
- Oliveira, A. (2004), *As Vendedoras de Ilusões: Estudo Sobre Prostituição, Alterne e Striptease*, (Lisboa: Notícias).
- Prime Cut*. (1972). Rel. Michael Ritchie. USA, 88 min.
- Roe, C. G., et al. (1911), *The Great War on White Slavery, Or, Fighting for the Protection of Our Girls Truthful and Chaste Account of the Hideous Trade of Buying and Selling Young Girls for Immoral Purposes*, ([U.S: s.n.]).
- Rosen, R. (1982), *The Lost Sisterhood: Prostitution in America, 1900-1918*, (Baltimore: Johns Hopkins University Press)
- Soderlund, G. (2002), 'Covering Urban Vice: The New York Times, "White Slavery," and the Construction of Journalistic Knowledge', *Crit Stud Media Comm*, 19 (4), 438-60.
- Spector, M. and J. I. Kitsuse (1977), *Constructing Social Problems*, (Menlo Park, Calif: Cummings Pub. Co)
- Staiger, J. (1995), *Bad Women: Regulating Sexuality in Early American Cinema*, (Minneapolis: University of Minnesota Press).
- Stead, W. T. (1885), *Pall Mall Gazette*, 6, 7, 8, 10, 22 Julho
- Taxi Driver*. (1976). Rel. Martin Scorsese. USA, 113 min.
- Turner, G. K. (1907), 'The City of Chicago, a Study of the Great Immoralities', *McClure's Magazine*, p. 576-79.
- Villiot, J. d. (1902), *La Femme Et Son Maître*, (Paris: Charles Carrington).
- Walkowitz, J. R. (1980), *Prostitution and Victorian Society: Women, Class, and the State*, (Cambridge; New York: Cambridge University Press)
- Walkowitz, J. R. (1992), *City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in Late-victorian London*, (Chicago: University of Chicago Press)
- Weitzer, R. (2007), 'The Social Construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade', *Polit Soc*, 35 (3), 447-75.



Young, J. (1971), 'The Role of the Police as Amplifiers of Deviance, Negotiators of Drug Control as Seen in Notting Hill', em Cohen, S. (org.) *Images of Deviance* (Harmondsworth: Penguin), 27-61.

ⁱ Este texto deriva do projecto 'O tráfico de mulheres em Portugal: uma etnografia crítica da relação entre vítimas e instituições', financiado pelo ACIDI (Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural) e pelo CEAS (Centro de Estudos de Antropologia Social) em 2007/2008.

ⁱⁱ A interpretação do actual debate sobre tráfico de mulheres como reemergência ou ressurgimento do mito da 'white slavery' já foi proposta por vários autores. Achamos apesar disso – como nada sobre o assunto foi ainda publicado em Portugal e como estamos numa altura em que muitos esforços estão a ser levados a cabo na luta contra o tráfico de mulheres – que pode ser interessante chamar a atenção sobre este assunto.

ⁱⁱⁱ O texto original está disponível em <http://www.attackingthedevel.co.uk/pmg/tribute/index.php>. Ver Irwin 1996 para uma análise detalhada do evento e do texto.

^{iv} Disponível em http://www.swarb.co.uk/acts/1885Criminal_Law_AmendmentAct.shtml

^v Para notícias sobre este debate em Portugal, veja Oliveira 2004

^{vi} Disponível em <http://www1.umn.edu/humanrts/instree/whiteslavetraffic1904.html>

^{vii} Nos Estados Unidos da América, a Era Progressista foi um período de reforma, que durou desde a década de 1890 à década de 1920. Os Progressistas opunham-se fortemente ao desperdício e à corrupção, e pretendiam mudanças no que dizia respeito aos direitos dos trabalhadores e à protecção dos cidadãos comuns em geral.

^{viii} Disponível em <http://www1.umn.edu/humanrts/instree/whiteslavetraffic1910.html>

^{ix} Disponível em http://cambodialaw.ifrance.com/treaties/un/chap08/tr0802_text.htm

^x Connelly, 1980: 114-135; Rosen 1982: 112-135; Grittner 1990: 4-5, 64.

^{xi} Este ponto de vista influenciou o discurso sobre o tráfico de mulheres e a prostituição nas seguintes décadas (Derks 2000: 7). Na realidade, quando a febre do tráfico de escravas brancas já se encontrava quase esquecida, na 'Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem' de 1949 das Nações Unidas a preocupação dos legisladores foi proibir e criminalizar a prostituição - em todas as suas variantes – em vez de referir 'tráfico'. De facto, a Convenção de 1949 equipara o tráfico com a exploração da prostituição, fiel à construção do fenómeno até então.

^{xii} A primeira referência ao "pânico moral" a ter sido publicada deve-se ao sociólogo britânico Jock Young (1971). Contudo, o crédito pela introdução sistemática do conceito deverá ser atribuído ao colega de Young, Stanley Cohen, que o utilizou para caracterizar as reacções dos media, do público e dos agentes de controlo social às desordens juvenis na Grã-Bretanha dos anos 1960 (Cohen 1972).